

É preciso pensar brasileiroamente

CLÁUDIO LEMBO

Especial para a Folha

Nas tarefas preliminares para estabelecer uma nova Constituição, há uma variedade enorme de situações. Falam-se em nomes e, conseqüentemente, vaidades explodem. Discutem-se mecanismos de poder e, aqui, imaginam-se formas de cercar a constante invasão do Executivo nas órbitas de atuação dos demais Poderes, como ocorreu nesses últimos vinte anos.

Mas, ninguém demonstra inquietude filosófica. Há um marasmo quanto a idéias. Os conservadores pensam que nada mudará. Os chamados progressistas pensam que tudo poderá mudar. Todos falam. Falta, porém, oração principal. Nenhum dos dois grupos oferece um pensamento claro e definido. Discute-se o acessório, o acidental. Ninguém ingressa no cerne da questão. Não apresentam idéias filosóficas. Não buscam captar

os verdadeiros valores da sociedade brasileira contemporânea.

Ora, dentro deste cenário, certamente a futura Constituição será uma nova Carta "colada" da legislação dos "povos civilizados e cultos", como se estivéssemos repetindo o passado e a maneira de dizer de outras épocas.

Se os debates pré-constitucionais assim continuarem, não vai dar certo. Não basta fixar as regras de funcionamento dos três Poderes. Não esgota o assunto a indicação precisa das funções do Executivo, Legislativo e Judiciário.

É preciso mais. Muito mais. É preciso que a futura Constituição reflita os valores nacionais. Se suporte em uma filosofia definida que, inclusive, ofereça rumos para a condução do Estado.

O Estado brasileiro, a partir de 1889, buscou no positivismo sua

forma de estruturação e conduta. Como era costume na ocasião, importou o último modismo intelectual francês e a República foi implantada.

Acontece que, além das naturais rejeições — é só lembrar Canudos —, a sociedade até hoje vive, em seu inconsciente coletivo, vagando à procura de valores perdidos.

Talvez, esta época de pré-Constituinte fosse o momento ideal para se ir em busca da identidade dispersa. Não se quer regresso ao passado e à sua forma de estruturação do Estado. Mas, sim, um trabalho antropológico, onde se daria o garimpo de nossos verdadeiros valores e um reingresso nas raízes desprezadas do direito natural, tão esquecido, mas tão presente em nossa formação.

Agora, neste período pré-Constituinte, é tempo de se pensar. Pensar brasileiroamente. Cada povo tem um

estilo de vida. Os chamados processos de desvio, como os causados pelas meras importações de materiais, trazem danos significativos ao seu desenvolvimento. Os bens materiais, eventualmente podem ser alcançados. Mas, a índole nacional, nos casos de desvio, é afetada, transformando povos convictos de seu destino em frágeis marionetes, manipulados por exportadores de produtos falsamente culturais. Caso contrário, ainda uma vez, rejeitaremos a oportunidade que a história nos dá. Ficaremos com a mera mecanicidade dos poderes do Estado e fugiremos à nossa própria realidade. E mais. Esqueceremos nosso passado e nossos valores mais profundos. O Brasil oficial continuará, neste caso, distante do Brasil dos brasileiros.

CLÁUDIO LEMBO, 50, é advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e membro da Executiva do Partido da Frente Liberal em São Paulo.